

CIDADES PEQUENAS EM REGIÕES NÃO-METROPOLITANAS: *CIDADE PEQUENA OU CAMPO GRANDE?*¹

Orlando Moreira Junior
Doutorando em Geografia pelo IGCE-UNESP
e-mail: orlandomoreirajunior@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo procura tecer algumas considerações a respeito da relação existente entre o urbano, o rural e o agrícola na produção do espaço em cidades pequenas. Para tanto realizamos uma discussão a partir de resultados verificados no estudo dos casos de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, localizadas no Estado de São Paulo. Inicialmente, discorremos sobre os pressupostos históricos que permeiam o debate entre o urbano e o rural, e, por conseguinte, dicotomizam a cidade e o campo. Posteriormente, apresentamos informações que dão conta de explicitar a ligação entre o urbano, o rural e o agrícola nestas realidades, em especial no que tange o aspecto econômico. Em seguida, analisamos a concentração da estrutura fundiária dos municípios estudados a fim de compreender as consequências decorrentes da mesma. Por fim, identificamos algumas relações existentes entre o urbano e o rural que se materializam na produção do espaço.

Palavras-chave: cidades pequenas, cidade, campo, urbano, rural.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar uma discussão acerca da relação existente entre o urbano, o rural e o agrícola em cidades pequenas localizadas em regiões não-metropolitanas, tendo como recorte empírico as cidades paulistas de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande. Apesar das particularidades, as três cidades em questão, a partir do contexto no qual se inserem, apresentam características de cidades pequenas. Os três municípios paulistas localizam-se na Mesorregião geográfica de Itapetininga, como mostra a figura 1; congregam uma ampla extensão territorial: Capão Bonito (1.641 km²), Buri (1.195km²) e Ribeirão Grande (332 km²); e, ostentam diferentes histórias de ocupação e formação territorial, bem como apresentam estruturas, formas e funções particulares.

¹ Este trabalho faz parte de uma discussão realizada no projeto de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar.

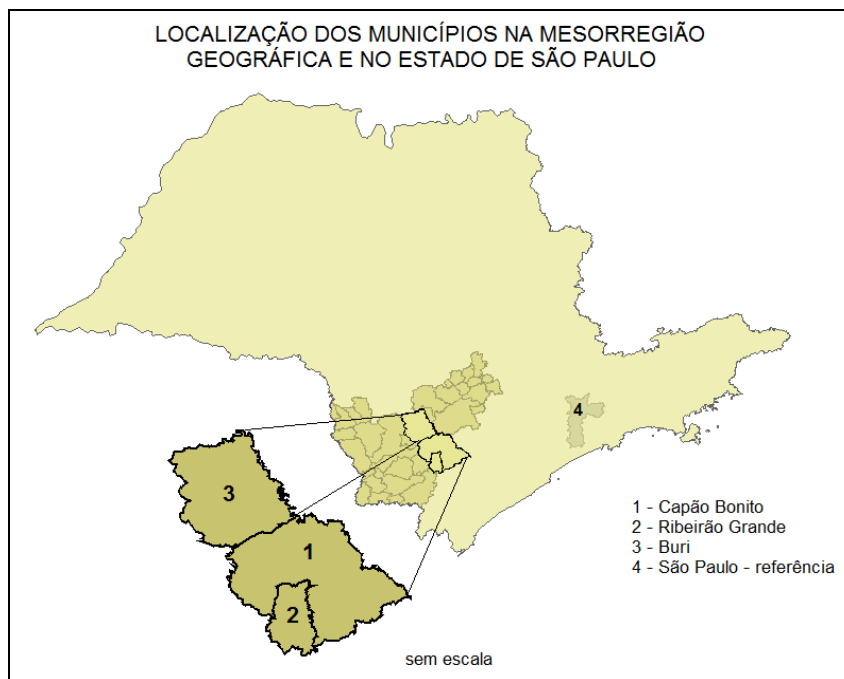


Figura 1: Localização dos Municípios na Mesorregião Geográfica e no Estado de São Paulo

Fonte: Org. por Orlando Moreira Junior, 2009, a partir de dados do GEOSNIC.

Estas cidades encontram-se localizadas no Estado de São Paulo e em regiões não metropolitanas, sendo importante ressaltar que estamos falando do estado mais populoso, com alta densidade demográfica e com grande importância do ponto de vista econômico. No entanto, tratam-se de municípios com reduzido dinamismo econômico, baixa densidade demográfica e índice de desenvolvimento humano baixo.

A opção por esse recorte empírico para o estudo de caso se dá, num primeiro momento pela proximidade geográfica dos três municípios e pelas diferenças populacionais, cujas particularidades contribuem com a discussão da temática das cidades pequenas, dos dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil e da própria relação entre o rural e o urbano.

Como para o presente estudo o tamanho populacional é um dos fatores determinantes para a definição das cidades pequenas, cabe aqui traçarmos algumas características da dinâmica populacional das três cidades estudadas, visto que todas são denominadas como cidades pequenas, contudo apresentam características peculiares do ponto de vista demográfico.

Consoante dados do CENSO do IBGE de 2010, Capão Bonito apresenta uma população de 46.178 residentes, dos quais 81,9% correspondente a população urbana, Buri apresenta uma população urbana de 14.995 habitantes, o que corresponde a 80,8% do total, enquanto Ribeirão Grande apresenta uma população urbana de 2.342 habitantes, ou seja, 31,6% do total. Apesar de ocorrer um aumento incessante da urbanização destes municípios, verifica-se a constituição de espaços urbanos estreitamente ligados ao rural e ao agrícola, como nos esforçamos para apresentar neste trabalho.

ALGUNS PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS A RESPEITO DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

“Se as cidades forem destruídas e os campos forem conservados as cidades ressurgirão, mas se queimarem os campos e conservarem as cidades, estas não sobreviverão”. (Benjamin Franklin)

A opção por iniciar esta discussão com a célebre frase de Benjamin Franklin revela nossa intenção de romper com a dicotomia entre cidade e campo e traçar uma análise a partir da articulação entre o urbano e o rural, sem alimentar a idéia de que o campo é inferior ou está sujeito ao urbano. Afinal segundo Castells (1983), a cidade não está separada do rural, pois os dois estão intimamente ligados no âmago do mesmo processo de produção das formas sociais. Se nos reportarmos às origens das cidades, esta ocorre graças à chamada Revolução Agrícola, sendo relevante advertir que as primeiras cidades surgem em decorrência de transformações econômicas, técnicas, políticas e culturais, ou seja, diversas condições sociais, espaciais e históricas propiciaram o surgimento das cidades. Contudo, como nosso foco é discutir a relação cidade-campo, vamos nos centrar em uma condição específica – a capacidade de produzir excedente alimentar –, pois é uma condição necessária para que efetivamente se dê uma divisão do trabalho, que por sua vez abre possibilidade de se originarem cidades (SPOSITO, 1994).

É graças ao desenvolvimento da prática agrícola que, aos poucos, foram surgindo, primeiramente, os assentamentos sedentários, e, posteriormente, as cidades. Com a agricultura despontou a possibilidade de se alimentar populações cada vez maiores e a própria capacidade de produzir um excedente alimentar a ser transferido para as cidades,

onde estavam os sujeitos responsáveis por outras funções, em geral de caráter especializado (fazer a guerra, cuidar dos serviços religiosos, etc), ou seja, desobrigados de produzir alimentos.

O campo, portanto, historicamente precedeu a cidade, e pode subsistir sem a cidade como denuncia a afirmativa de Benjamin Franklin, visto que uma característica peculiar ao campo é o fato dele poder ser, e historicamente, por muitas vezes, tem sido, auto-suficiente. A cidade só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência (SINGER, 1977).

A relação entre cidade e campo situa-se, portanto, histórica e teoricamente, no centro do debate das sociedades humanas. Cidade e campo, desde sua gênese, se distinguem, mas não se opõem, estão intrinsecamente articuladas, apesar da difusão paradigmática de pensamento que coloca a cidade e o campo não apenas como espaços diferenciados, mas enquanto realidades e conceitos antagônicos, entendidos, geralmente como estágios de desenvolvimento, no qual o campo representaria o lugar do atraso e a cidade o *locus* da modernidade e do desenvolvimento. Eis aí um ponto que merece ser comentado, não se pode confundir a urbanização com crescimento econômico, nem ver este como sinônimo de desenvolvimento. O crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para a ocorrência do desenvolvimento. O Brasil, por exemplo, entre as décadas de 1950 e 1980 teve grande crescimento econômico sem que ocorresse o seu pleno desenvolvimento, pois as desigualdades e injustiças sociais permaneceram.

Da mesma forma não podemos confundir urbanização com industrialização. Apesar de serem dois processos diretamente atrelados, historicamente, num primeiro momento a revolução manufatureira, que precedeu a revolução industrial, se orientou ao menos em seu princípio, fora da cidade e contra a cidade (SINGER, 1977). Quanto a revolução industrial vale destacar que a industrialização inglesa teve colaboração de uma revolução na agricultura, marcada por grandes transformações no campo, principalmente, o cercamento de terras comuns utilizadas pelos camponeses, que foram vedadas em benefício dos grandes senhores da terra, resultando, por um lado, em maior rentabilidade e aumento de produção; e, por outro lado, no aumento o desemprego e pobreza da população do campo,

aumentando a migração para as cidades que passaram a contar com grande reserva de mão de obra barata para alimentar a indústria que nascia. Consoante Castells (1983) as cidades atraem a indústria devido dois fatores essenciais – mão-de-obra e mercado –, entretanto o processo inverso também é importante, quando a fábrica não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela (SINGER, 1977), ou seja, houve, no mesmo período, uma tendência à localização industrial fora das cidades, sendo que, quando isto ocorreu, a indústria gerou a cidade (SPOSITO, 1994).

No caso da industrialização brasileira, um fato relevante é considerar que esta resultou, num primeiro momento, da economia cafeeira, ao menos no Estado de São Paulo, que ao mesmo tempo em que propiciou a criação de um mercado consumidor, foi responsável pela acumulação de capital.

Estes pressupostos históricos são importantes para contextualizar o pensamento que permeia este trabalho: de realizar uma análise não a partir da oposição entre cidade e campo, mas sim a partir da articulação entre o urbano e rural, principalmente quando nos aludimos às cidades pequenas. A cidade está intrinsecamente ligada ao campo, sendo importante, portanto, considerá-los como partes de um mesmo processo social de produção espacial, cujos conteúdos são mais relevantes que as formas que assumem. Assim, acreditamos ser vital compreender a relação urbano-rural no sentido de pensar as mudanças que impactaram e impactam as funções e conteúdos socioespaciais da cidade e do campo.

Ao delinear um estudo em cidades pequenas, a relação entre o urbano e o rural salta aos olhos, são visíveis os nexos que se estabelecem entre ambos, seja nas funções ou na estruturação e transformações espaciais. É sabido que no Brasil há grande número de municípios que congregam amplas extensões territoriais, muitos deles sediados político-administrativamente por cidades pequenas. Isto nos leva a questionar se ao tratarmos destas realidades urbanas estamos nos referindo a uma cidade pequena ou a um campo grande, devido, sobretudo, às intensas articulações que se estabelecem entre o urbano, o rural e o agrícola, seja nos aspectos econômicos ou no estilo de vida, costumes e hábitos da população.

ENTRE O URBANO, O RURAL E O AGRÍCOLA

Salvo as exceções, tem-se um contingente expressivo de cidades no Brasil que espacialmente apresentam-se mergulhadas no universo rural, como é o caso do nosso recorte empírico, visto que Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande congregam amplas extensões territoriais.

A maioria das cidades pequenas sempre teve uma maior ligação com o modo de vida e os valores rurais e com as formas de produção agrícola. Do ponto de vista econômico, verifica-se que o setor primário conjuntamente com o terceiro predominam o conjunto das atividades aí desenvolvidas. Isso pode ser verificado nas cidades que comportam nosso estudo de caso. Se compararmos o Produto Interno Bruto (PIB) das três cidades por setor, como mostra a tabela 1, podemos confirmar este acontecimento, entretanto, o caso de Ribeirão Grande é um alerta de que não podemos generalizar, pois mesmo sendo o município menos populoso dentre os três e que tem sua população majoritariamente rural, o PIB no setor industrial é o que ostenta maior importância.

Tabela 1: Participação do PIB por setor, em %

	<i>Primário</i>					<i>Secundário</i>					<i>Terciário</i>				
	1970	1980	1996	2000	2005	1970	1980	1996	2000	2005	1970	1980	1996	2000	2005
Capão Bonito	50,6	21,1	30,1	26,5	20,3	11,0	53,1	8,3	12,9	9,2	38,4	25,8	61,7	57,2	63,3
Buri	40,2	66,5	46,8	39,4	22,8	10,8	10,6	33,7	11,6	11,5	49,0	22,9	19,5	48,6	60,0
Ribeirão Grande	-	-	7,5	9,6	17,1	-	-	51,6	51,1	31,0	-	-	40,9	23,5	43,1

Fonte: GEOSNIC (a partir de dados do IpeaData).

Org: Orlando Moreira Junior, 2009.

Observa-se que, apesar da constante perda de espaço no transcorrer dos anos, a vocação rural ainda é perceptível em Capão Bonito e Buri, sendo que apresentaram um percentual considerável do PIB nos períodos analisados. Por outro lado, o setor terciário vem dominando os percentuais do PIB nos últimos levantamentos, representando um crescimento na importância do setor de serviços na economia local. O setor secundário é o que apresenta os menores índices em Capão Bonito e Buri, cujos percentuais chegaram, respectivamente, a marca de 12,9% e 11,6% no ano de 2000 e 9,2% e 11,6% em 2005. Vale ressaltar aqui um fato importante, Ribeirão Grande ao se desmembrar de Capão Bonito

levou consigo uma fábrica de cimento (a atual Cia. de Cimento Ribeirão Grande), a principal fonte de receita do município, assim como as principais jazidas de calcário, o que se expressa na queda considerável do setor na participação do PIB capão-bonitense, de 53,1% em 1980 para 8,3% em 1996.

Capão Bonito, a maior dentre as três cidades, não possui indústrias de grande porte, apenas micro e pequenas, principalmente madeireiras. Nesta área o grupo Votorantim (VCP) é o maior destaque, ao passo que congrega ampla extensão de terras no município, no entanto, absorve pouca mão-de-obra devido à monocultura do eucalipto e utilização de processos de mecanização modernos. A agricultura por muito tempo foi e ainda representa a base econômica de Capão Bonito e Buri, embora menos de 20% da população resida na zona rural, é justamente desse setor que advém a sustentação econômica desses municípios. A estrutura dos municípios é essencialmente agrícola, atividade que absorve grande percentual da mão-de-obra e que impulsiona a vida comercial das cidades.

Em Ribeirão Grande, ao contrário de Capão Bonito e Buri, o setor secundário representou em 1996 e 2000 mais da metade do PIB municipal, graças a um ramo industrial dominado pelas grandes mineradoras. Embora o setor tenha apresentado uma queda no percentual do PIB em 2005, superado pelo setor terciário, ainda é de extrema importância para o município. Já a agropecuária condiz aos menores índices do PIB, apesar da população ser majoritariamente rural, o que revela um verdadeiro paradoxo. O comércio local é modesto, no entanto o setor terciário vem sendo impulsionado pelo aumento de atividades voltadas ao turismo, pois o município além de desfrutar em sua paisagem da exuberante Mata Atlântica, também possui apelo histórico, uma vez que seu sítio foi o verdadeiro berço da colonização da região.

Assim, no que confere aos três municípios em análise, pode-se concluir que apesar de apresentarem características tipicamente rurais e agrícolas, as atividades predominantes da maioria dos municípios são os serviços e o comércio. Com exceção do setor industrial de Ribeirão Grande, há predomínio de atividades pouco diversificadas, que por um lado, compreende um conjunto de atividades de uso intensivo de mão-de-obra – mesmo que sazonalmente – pouco diversificada e pouco qualificada, como a produção de grãos, a

pecuária e a silvicultura; e, por outro, atividades voltadas aos setores de serviço e comércio não tão intensos em trabalho.

Paradoxalmente, pode-se concluir que Ribeirão Grande possui a economia mais frágil dentre os municípios, devido a dependência das indústrias mineradoras, responsáveis pela absorção de grande percentual da mão-de-obra local. Ademais, verifica-se tanto no caso dessas indústrias quanto no caso do setor primário buriense e capão-bonitense – principalmente aqueles caracterizados pelo latifúndio monocultor, sejam de soja, laranja, cana-de-açúcar, eucaliptos, entre outros – os interesses rentistas que regem seus princípios transcendem a localidade, ou seja, visam atender a interesses macroescalar.

A globalização intensifica a divisão territorial do trabalho, marcada pela especialização funcional, fragmentação e interdependência dos espaços urbanos e rurais, determinada pela competição entre as cidades em busca de vantagens comparativas, em diversas escalas e independentemente do seu tamanho físico-territorial e populacional. No caso específico das cidades pequenas, muitos processos, como é o caso do agronegócio para exportação, denunciam modificações profundas nos papéis desempenhados por esses espaços, cujos novos elementos negam a idéia de cidades baseadas em processos majoritariamente locais (DAMIANI, 2006), ao passo que os processos econômicos se ampliam atingindo níveis globais.

Os papéis e funções urbanas desempenhados pelas cidades pequenas são intrínsecos ao mundo agrícola, vinculados aos interesses multiescalares. Entretanto, há de se advertir que o próprio processo de urbanização no Brasil tem representado mudanças radicais no campo, seja pela invasão do urbano no rural caracterizada por ocupações e/ou atividades não-agrícolas no rural, pela sua mecanização e eventuais consequências, ou pela multiplicação de pequenos aglomerados urbanos dispersos no território.

Nas cidades de Capão Bonito e Buri as relações estão nitidamente voltadas para o mundo agrícola, entretanto, o modo de vida rural não é tão intenso como na cidade de Ribeirão Grande. Ao apreender a dinâmica relação entre o urbano, o rural e o agrícola torna-se claro que os processos excludentes que permeiam as cidades pequenas tem seu

início no campo, na expulsão do camponês e pequeno proprietário rural² pelo latifúndio monocultor e pelo agronegócio, na desterritorialização do trabalhador rural e sua territorialização precária na cidade, concretizando a tese de Martins (1997), de que a sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.

A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOESPACIAIS

As modificações nas estruturas produtivas e sociais no campo têm na mecanização da agricultura, na aplicação de tecnologias e pesquisas na área e na consolidação do agronegócio os pontos marcantes para o aumento da acumulação capitalista no campo. Se por um lado, a estrutura agrária brasileira, desde seus primórdios, tem um caráter altamente concentrador, por outro lado, as modificações nos conteúdos nas relações produtivas e sociais intensificam a concentração de terra, renda e poder, tendo como consequência a expulsão do camponês e pequeno produtor rural, o que significa o aumento dos fluxos migratórios rumo as cidades, que crescem, porém sem se desenvolver, sem ao menos apresentar as mínimas condições de urbanidade.

Este processo tornou-se frequente na sociedade brasileira, e pode ser visto em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande, assim, como em tantas outras cidades brasileiras, inclusive cidades de porte médio, nas quais é possível identificar um número considerável de pessoas que trabalham em atividades rurais e são residentes urbanos. Como a maior parte da população desterritorializada do campo se reterritorializa, mesmo que de forma precária, nas periferias das cidades pequenas, não conseguem se engajar no precário mercado de trabalho que esta oferece, tendo que se dedicar ao trabalho rural, pois é a única tarefa que a grande maioria aprendeu e tem condições de executar.

² Entendemos o camponês como classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção familiar ou um modo de vida. Logicamente, o camponês é pequeno produtor, mas nem todo pequeno produtor é camponês. O pequeno produtor está totalmente integrado ao mercado, ou seja, é parte do agronegócio. Portanto, enquanto o primeiro é aquele que luta pela terra, sem a qual deixa de existir; o segundo não apresenta quaisquer conflitos ou contradições em relação ao desenvolvimento capitalista.

Como o trabalho no campo, em sua grande maioria, é de caráter sazonal, estes trabalhadores ficam praticamente desempregados ao término da colheita e assim recorrem as mais diversas ocupações. Desempenham, portanto, funções tanto no urbano, como no rural, vivem em condições de sub-emprego tanto no campo quanto na cidade e profissionalmente cada vez mais desqualificados. A mudança do campo para a cidade não acarreta, portanto, em melhorias nas condições de vida, pois os recursos que a cidade possui, nem sempre são desfrutados por eles; moram na cidade, mas não participam da vida da mesma. As mudanças mais drásticas se dão nas relações de trabalho, uma vez que os trabalhadores vão para o campo trabalhar, da mesma maneira que iriam para uma fábrica ou qualquer outro local de trabalho, não havendo mais identidade com a terra, pois esta não é mais a fonte de sustento, mas sim de salário conseguido através da venda da força de trabalho, ratificando com o processo de desterritorialização, tanto do ponto de vista simbólico marcada pela destruição de identidades, quanto do ponto de vista concreto e material presente na destruição de laços de integração.

É grande a disparidade existente entre a distribuição de terras nos municípios, uma vez que, de um lado, há um pequeno número de grandes proprietários de terras que monopolizam a maior parte das propriedades rurais e, de outro, encontram-se um significativo percentual de pequenos proprietários que possuem uma área extremamente pequena de terras.

Portanto, na raiz da desigualdade socioespacial brasileira está a gritante concentração de terras rurais nos municípios brasileiros. A concentração de terra é uma das características do capitalismo no campo, logo, todo conjunto de problemas presentes no campo brasileiro deve ser visto como inerentes ao desenvolvimento capitalista e de seus desdobramentos, como as ações políticas de cunho neoliberal, que camuflam a questão agrária brasileira, ao passo que admitem que os problemas no campo seriam resolvidos com a integração ao mercado, pelo desenvolvimento do capitalismo. A nosso ver, isso representa um descaso com o camponês e com o pequeno proprietário, pois as políticas públicas se voltam para o pleno desenvolvimento do agronegócio, sendo que a inserção ao mercado capitalista representa a destruição do campesinato e do pequeno produtor, pois preza pela produção em larga escala a fim de atender o mercado externo principalmente.

Se, historicamente, proliferou-se a idéia de que a cidade atrai, por outro, é preciso ter ciência de que as relações socioespaciais de cunho capitalista expulsam os sujeitos do campo. Logo, temos um duplo processo no qual a cidade atrai, por um lado, e o campo expulsa, por outro. Compreender um pouco da questão agrária é um meio de aproximar as contradições existentes nos espaços rurais à questão urbana, estabelecendo um nexos entre ambos, visto que, a nosso ver, diz respeito a uma única questão. A problemática social é uma manifestação das desigualdades da sociedade como um todo, logo, se dão tanto no campo como na cidade, na cidade pequena assim como na cidade média ou grande.

Portanto, acreditamos que os processos excludentes decorrentes do processo de produção do espaço são inerentes ao campo e a cidade, sendo que para solucioná-los, seria necessário, antes de tudo, uma reforma agrária efetiva que atinja a estrutura fundiária concentrada e concentradora, figurando-se como um meio de democratizar o acesso à terra.

Afinal, se a história revelou uma tendência perversa de expulsão do campo para a cidade de grandes contingentes populacionais gerando desconforto no urbano, seja pela territorialização precária seja pela situação de marginalidade que os excluídos do campo encontraram para se incluir novamente, a superação dos problemas no campo pode resultar num caminho inverso, de retorno ao campo, representando, sobretudo, um resgate da própria cidadania³.

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço em cidades pequenas deve ser vista a partir do campo também, pois diz respeito a um mesmo processo de mercantilização do espaço que não reverbera econômica e socialmente apenas, mas atinge também a dimensão ambiental. Se, de um lado, tem-se o favorecimento do agronegócio e do latifúndio pelas práticas, ações e políticas governamentais e o próprio fortalecimento de uma bancada ruralista no Congresso Nacional, Senado, Câmaras Estaduais ou Municipais que detém o poder de participar

³ Cidadania é entendida aqui como conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa enquanto sujeitos históricos.

diretamente das decisões políticas na defesa do agronegócio em detrimento do camponês e pequeno agricultor que passam a ser excluídos do acesso a terra, de melhores condições de vida e empregos dignos, estimulando uma maior discrepância social, por outro lado, a reestruturação produtiva caracterizada pela expansão do agronegócio com visão mercadológica mundial alicerçada pelo discurso da globalização extrai o máximo dos recursos da terra promovendo vários desequilíbrios ambientais, sentidos tanto no campo quanto na cidade.

A morfologia das cidades pequenas é marcada pelo tênue contraste urbano-rural e traz no espaço intra-urbano muito daquilo que nega o caráter urbano desses espaços. Em Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande há muitas práticas que não são consideradas tipicamente urbanas, o que indica uma multiplicidade de vivências e de contradições. Se isso é perceptível em todas as partes da cidade, ainda é mais complexa no espaço periurbano, cujas características dificultam a delimitação entre o urbano e o rural, com grande presença de criação de animais e de plantações dispersas nas construções que permanecem nos loteamentos mais recentes. O espaço urbano se caracteriza pelas mudanças e permanências, o velho e o novo vivem e convivem nas cidades, na arquitetura, no traçado das ruas, tal qual nos costumes e hábitos da população.

A morfologia, portanto, deve ser entendida como resultado da forte articulação entre o modo de vida e os valores rurais e urbanos. Os aspectos morfológicos devem considerar as formas assumidas em seu processo de produção, desde aquelas com características tipicamente urbanas – como as edificações, a forma de parcelamento do solo, as vias de transporte, os espaços públicos e privados, entre outros –, como as que têm um vínculo maior com o modo de vida e valores rurais – como os quintais, os espaços destinados as hortas ou criação de animais –, e as formas de produção agrícola, mesmo tendo que considerá-las de modo mais subjetivo – como é o caso das áreas de habitação dos trabalhadores rurais residentes urbanos, os espaços destinados às novas áreas do saber e pesquisas (como a biotecnologia, por exemplo) e os espaços especializados para atender o campo e suas atividades, tal qual aqueles destinados aos serviços de armazenagem de grãos e carnes, entre outros.

Nas cidades de Capão Bonito, Buri e Ribeirão Grande a forte presença de quintais nas quais se reproduzem, em muito, os hábitos rurais, a criação de animais e cultivo agrícola em vazios urbanos – particularmente no espaço periurbano –, a presença nas periferias desses núcleos urbanos de um grande contingente de trabalhadores rurais, a proliferação de celeiros para armazenagem de grãos na área periurbana ou nas proximidades do perímetro urbano – o que levam muitos a considerar as cidades pequenas enquanto verdadeiros celeiros da produção agrícola –, e novos ramos voltados para o desenvolvimento das atividades rurais, como a Cooperativa Agrícola de Capão Bonito ou a criação de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) em Capão Bonito voltada para o curso de Tecnologia em Silvicultura (ciência ligada à cultura madeireira), o que revela o interesse da Votorantin Celulose e papel S.A. e da Associação da Indústria Madeireira de Capão Bonito na consolidação dessa área do saber e da pesquisa, visto que a cidade está ilhada por extensas áreas de cultivo de eucaliptos.

Assim como nos exemplos de nosso recorte empírico, verifica-se, por um lado, uma gama de cidades que procuram se adequar, tanto via refuncionalização de suas funções e papéis quanto refuncionalização dos seus espaços intra-urbanos. Enquanto, por outro lado, é possível identificar várias áreas nas quais a urbanização emerge como consequência do agronegócio globalizado, ou seja, em diversas áreas do país formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura (ELIAS, 2006). Consoante a autora, as cidades do agronegócio se multiplicam no país e passam a desempenhar muitas novas funções, voltadas para a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio, que ganha prioridade no cenário nacional em detrimento do camponês e do pequeno proprietário.

A reflexão que iniciamos questionando se ao tratar de núcleos urbanos de pequeno porte estaríamos falando de uma cidade pequena ou de um campo grande, nos remete a discussões mais amplas, com implicações nas práticas de planejamento e gestão da cidade e do território. É auspicioso, portanto, finalizarmos apontando algumas considerações referentes ao planejamento e gestão do território como um todo, ou seja, tanto urbano quanto rural. O Estatuto da Cidade traz avanços, pois dispõe sobre o ordenamento do meio rural, por meio de Planos Diretores de abrangência municipal (BRASIL, 2001), o que

implicou na gestão e no ordenamento da unidade territorial de todo o município e inseriu novas disciplinas no desafio de formular políticas voltadas para o mundo rural (SILVA e PERES, 2009), sendo que, do ponto de vista do Plano Diretor, Braga (1995) já sinalizava que nos municípios paulistas de economia predominantemente agropecuária ou agro-industrial a desconsideração do meio rural seria uma falha capaz de inviabilizar a aplicabilidade do plano.

Ademais, o planejamento baseado na unidade territorial dos municípios deve ter em mente de que o processo de produção do espaço não está separado dos processos naturais e que nossas ações acarretam em consequências diretas visíveis na configuração e estruturação do espaço socialmente produzido. A articulação entre o urbano e o rural nas políticas, no planejamento e na gestão do território seria, portanto, um passo efetivo na obtenção de melhores condições sociais, econômicas e ambientais no campo e na cidade, principalmente quando nos referimos as cidades pequenas mergulhadas no universo rural, nas quais a reestruturação produtiva da agropecuária gera novas relações entre campo e cidade a partir de novas dinâmicas socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A provocação inicial do título desse trabalho, de questionar se ao traçar uma abordagem sobre estas realidades urbanas, estamos nos referindo a cidade pequena ou campo grande é denunciador da multiplicação de pequenos aglomerados urbanos dispersos no território, muitos deles mergulhados no universo rural. Tanto quando tratamos dos fenômenos que contestam o caráter essencialmente primário dos espaços rurais quanto nos referimos a forte presença de trabalhadores rurais residentes urbanos, estamos colocando em xeque a visão dicotômica de distinção entre o rural e o urbano.

De fato, nas áreas periurbanas esta relação é ainda mais intensa, presente não apenas aos cultivos e criação de animais presentes nos quintais, mas também no plano imaterial, nos costumes, hábitos e pensamentos. Rompe-se, portanto, com a idéia de cidade, sob o ângulo do solo urbano ou das atividades econômicas, de espaço exclusivo de atividades secundárias e terciárias, ou seja, muito do que é urbano pode ser visto no rural e vice-versa, apurando o questionamento entre o que seria urbano e o que é o rural na

atualidade? Os limites entre o rural e o urbano se reduzem cada vez mais, assim, defendemos a idéia de que cidade e campo se distinguem, mas não se opõem, estão intrinsecamente articulados, ainda mais quando nos referimos as cidades pequenas localizadas em regiões não-metropolitanas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Roberto. Plano Diretor Municipal: três questões para discussão. **Cadernos do Departamento de Planejamento**. Presidente Prudente. v.1, n. 1, p. 15-20, ago. 1995.

BRASIL. Lei no. 10257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização: apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, São Paulo: Dezembro/2006. p. 135 – 147.

ELIAS, Denise. Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola do Brasil. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (03), ago/2006. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm> > Acesso em: 23 jun. 2009.

MARTINS, José de S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

SILVA, Sandra Regina Mota; PERES, Renata Bovo. Gestão dos Territórios Rurais: possibilidades e limitações do Estatuto da Cidade. In: XIII Encontro Nacional da Anpur –

planejamento e gestão do território: escalas, conflitos e incertezas. Florianópolis, **Anais XIII ENAnpur**, 2009. CD Rom.